



GT-05 – Crise e crítica: A urbanização contemporânea e os limites da reprodução social.

UMA DERIVA NA CONTRADIÇÃO CAMPO-CIDADE: Notas sobre um trabalho de campo no XVII SIMPURB

Autor 1: Kauê Avanzi
Filiação institucional: PPGH-USP
E-mail: kaue.avanzi@usp.br

Autor 2: Kauan Arthur fonseca Lunardon
Filiação institucional: PPGAU-UFF
E-mail: kauanfonseca@ufpr.br

RESUMO: Este texto pretende, a partir de uma experiência de trabalho de campo ocorrida no XVII SIMPURB, refletir sobre a teoria da deriva, a ritmanálise e o seu papel no trabalho de campo em Geografia. Em geral, trabalhos de campo se dão de maneira a separar o sujeito que pesquisa do objeto de análise, e muitas vezes ocorre de maneira meramente contemplativa e/ou expositiva, quando se trata do ensino de Geografia.

A deriva, como instrumento de análise, reflexão e intervenção na realidade, foi proposta inicialmente pela Internacional Situacionista (Da Silva Martins, 2004), e visa trazer uma experiência ativa de conhecer o espaço, se colocando em movimento junto a ele. Por isso, no trabalho de campo proposto por geógrafos e militantes do Coletivo Marmitas da Terra, nos propusemos a conhecer as ruas do Centro da cidade de Paranaguá, a Comunidade Agroflorestral José Lutzemberger, em Antonina; e a cozinha popular do Coletivo Marmitas da Terra, em Curitiba.

Ao longo do campo, diversas questões e debates se colocaram frente aos participantes no que toca a relação campo-cidade quando passamos a pensar sobre um processo de urbanização da qual o agronegócio também é parte.

Palavras-chave: Trabalho de Campo; Deriva; Ritmanálise; Geografia.

1. ENCONTROS ENTRE A TEORIA DA DERIVA E A RITMANÁLISE

A teoria da deriva talvez seja um dos maiores legados deixados pelo movimento situacionista¹. Ao mesmo tempo método para a investigação “psicogeográfica” (KHATIB,

¹ A Internacional Situacionista foi um movimento artístico e político radical fundado em 1957 por Guy Debord e outros intelectuais. Manteve suas atividades até 1972, tendo como campo de ação principalmente cidades da Europa ocidental como França, Holanda e Bélgica, a partir da combinação entre teorias críticas marxistas com ideias da arte de vanguarda.

1958) e intervenção artística, a “*derive*” deve ser compreendida como uma prática espacial que transcende os limites entre crítica e ação (DA SILVA MARTINS, 2004). Através da deriva se evidencia a potência do mero ato de andar, e que ao fazê-lo vai construindo gramáticas espaciais capazes de desfazer as retóricas impostas pela cidade hegemônica (DE CERTEAU, 2012).

À medida que tais retóricas iluminam certos lugares da cidade - no sentido dos espaços iluminados descritos por Milton Santos (2002), reduz-se a totalidade espacial a tais pontos. Estes, dotados de funcionalidades pré-estabelecidas, regras de uso e conduta e muitas vezes de acesso controlado. O espaço, assim tratado e alterado pelas práticas, se transforma em singularidades aumentadas e ilhotas separadas, ao passo que o cotidiano, colonizado pelas lógicas do consumo e da aparência, descamba em uma alienação generalizada dos indivíduos em relação às suas próprias vidas e à sociedade. Assim, ao mesmo tempo que se impõe uma maneira específica de experienciar o espaço, impede-se o desvendamento das dinâmicas sociais que permitem sua reprodução.

No entanto, assim como aponta Chakrabarty (2010) a respeito da dominação colonial na Índia, tal colonização é uma dominação sem hegemonia. Há sempre aspectos irreduzíveis que resistem a entrar no reinado do espetáculo. Como sugere Lefebvre (1991), a vida cotidiana é o espaço onde as contradições do capitalismo se manifestam de maneira mais evidente, mas também onde existe o potencial para a resistência e a transformação social, sendo uma arena de luta entre as forças da alienação, apropriação e criação. É também em oposição à alienação espetacular e como uma proposição de novas formas de interação com o ambiente urbano, que Debord e os situacionistas concebem e colocam em prática a teoria da deriva.

Durante a deriva, o objetivo é deixar que o ambiente influencie as experiências e decisões, permitindo que o automatismo dê lugar à espontaneidade. Nesse tipo de experiência com o espaço, não há roteiro ou rota pré-definida e idealmente derivar não requer um ponto de chegada. Assumida enquanto uma relação de desalienação do corpo em relação ao espaço urbano, a prática da deriva tem o potencial de desestabilizar a experiência cidadina normativa, revelando sua construção social e seus potenciais de reinterpretação. Assim, desafia a maneira como a cidade é vivida, permitindo uma redescoberta dos usos, trajetórias e narrativas que dão forma ao espaço.

Como entende Debord (2003), o espaço urbano é um campo de batalha onde o espetáculo se manifesta através da arquitetura e do planejamento urbano. Nessa cidade que se

torna uma extensão do espetáculo, com espaços projetados para consumo e controle social, a prática da deriva se coloca como uma experiência capaz de articular outras possibilidades de relação, ou nos termos de Lefebvre (2013), de produzir “espaços diferenciais” (SILVA et al, 2019). Para Lefebvre, o espaço não é neutro, mas socialmente produzido e uma expressão das relações de poder. Assim, reapropriar-se do espaço não é apenas um ato de resistência, mas de criatividade, de produção. O espaço cotidiano socialmente praticado através do seu valor de uso pode dar vazão a uma cotidianidade desalienada e desalienante, expressa entre outras coisas em relações de colaboração, coletividade e solidariedade.

Tal transformação passa necessariamente com a reapropriação do tempo e do espaço. Lefebvre sugere que, ao compreender as dinâmicas do cotidiano e ao desafiar suas restrições, as pessoas podem criar novas formas de vida que rompam com a opressão capitalista. No último de seus registros escritos, reunidos pela sua companheira K. Régulier na obra “*Éléments de rythmanalyse: Introduction à la connaissance des rythmes*”, Lefebvre (2021) oferece alguns caminhos para isso, identificando no “ritmo” uma crucial chave teórica e analítica. Como apontado por da Silva Martins (2020, p. 98) a partir de Lourau (1992), o projeto no qual a ritmanálise se coloca não trata apenas de identificar os “planos que acomodam e constroem o cotidiano” ou então exercitar um pensamento “para além do cotidiano programado”, mas buscar uma “transformação do cotidiano construída em práticas da vida, que aqui são estendidas às práticas de pesquisa”. Este terceiro movimento, portanto, promoveria a “metamorfose consciente do nosso cotidiano, por meio da nossa ação, que se faz e refaz entre as repetições e a diferença, a construção do momento, da situação, pouco afeitos à longa duração” (DA SILVA MARTINS, 2020, p. 103-104).

Por esse motivo cremos fazer sentido pensar aproximações entre a deriva e a ritmanálise como prática didática, pesquisa e intervenção geográficas. Segundo Da Silva Martins (2020, p. 112), tanto Lefebvre como os situacionistas apostaram “na inserção do corpo como mediador e reconhecedor dos constrangimentos e das possibilidades postas no urbano”². Assim, ao

² Na verdade, há várias aproximações possíveis entre Lefebvre e o movimento situacionista, dentre as quais se colocam as aproximações entre a teoria lefebvriana dos momentos e a própria ideia de situação. Em uma entrevista, concedida em 1983, Lefebvre confessa que falar sobre os situacionistas é para ele um assunto delicado, mas que o interessava profundamente, pois “los conocí muy bien. Yo era un amigo cercano de ellos. La amistad duró desde 1957 hasta 1961 o ‘62, es decir, cinco años. Luego tuvimos una pelea que solo empeoró en condiciones que aún no entiendo demasiado bien, pero que podría describirte. Al final esta fue una historia de amor que terminó mal, muy mal” (JM2&3DORM, 2016, p. 1).

posicionar o corpo como “dimensão ativa de produção sobre os espaços pesquisados/disputados” (DA SILVA MARTINS, 2020, p. 99) a ritmanálise desafia a separação entre sujeito e objeto, abrindo espaço para o “fazer político no cotidiano” (Da Silva Martins, 2020, p. 99). Dessa forma, como aponta da Silva Martins (2020, o. 96), “os possíveis acionamentos da ritmanálise para o exercício da geografia urbana” devem ser encarados, assim como a deriva, não como métodos de obtenção de dados da realidade, mas “como exercício da geografia do possível/impossível, no campo amplo e profundo de compreensão do direito à cidade” (Da Silva Martins, 2020, p. 96). No último tópico retornaremos a essa questão, agora segue um relato da nossa ritmanálise derivante por Paranaguá e a Comunidade Agroflorestral José Lutzemberger.

2. OS QUATRO GRUPOS EM DERIVA

No dia 15 de Novembro de 2022 nos encontramos as 7:30 da manhã junto ao prédio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Curitiba para a realização de um dos trabalhos de campo propostos para o XVII SIMPURB. Intitulado “*Redes de colaboração solidária e lutas sociais: da produção da fome como projeto às possibilidades de resistência na relação campo-cidade.*” O trabalho de campo foi proposto por um grupo de militantes e pesquisadores atuantes no coletivo *Marmitas da Terra*, formado pelos dois autores do artigo; Marcieleh Lemos Rodrigues, professora de Geografia na educação básica e coordenadora do Coletivo Marmitas da Terra; Marcos Antônio Pereira, geógrafo pela UFPR, coordenador do Coletivo Marmitas da Terra e um dos coordenadores estaduais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); e Cécile Grenier, também coordenadora do coletivo Marmitas da Terra. A ementa proposta ao encontro é a que segue:

Durante a pandemia de Covid-19, com o agravamento da desigualdade social, observou-se um aumento drástico da fome, levada a cabo pela inflação dos alimentos e de outros custos básicos. Ao mesmo tempo, as exportações de *comodities* agrícolas bateram recordes de lucro. Como um país com terras altamente produtivas convive com 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar? Para responder essa pergunta, um dos caminhos pode ser encarar os espaços produzidos e produtores da fome, isto é, encará-la enquanto uma problemática intrinsecamente inserida na relação campo-cidade.

Nesse duro e trágico cenário, diversas cozinhas comunitárias se apresentaram como ação emergencial em combate a epidemia de fome conjunta à crise sanitária. Algumas dessas experiências demonstraram uma potência organizativa que foi capaz de ir além da simples reação emergencial e se consolidaram, nesses quase três anos de atividade, em ações concretas de resistência popular de intuito emancipatório. Para nós, o coletivo mais didático para compreender este processo

é o Marmitas da Terra, que desde o início de suas atividades, em Abril de 2020, já produziu e distribuiu mais de 150.000 marmitas nas praças, ruas e “quebradas” de Curitiba e Região Metropolitana, com insumos e ingredientes, também oriundos da produção coletiva através do modelo agroecológico.

Assim, esse trabalho de campo visa investigar que tipo de urbanização é produzida pelo modelo agroexportador e questionar como esse modelo produz a fome dentro dos espaços urbanos, mas também contemplar experiências contra-hegemônicas de combate à fome, levadas a cabo por movimentos sociais. Para isso, propõe-se o contato com um dos maiores pontos de escoamento de grãos do país, o Porto de Paranaguá e em seguida uma visita ao Pré-Assentamento José Lutzenberger, em Antonina, referência de produção agroflorestal no Paraná. Por fim, junto a visita da cozinha coletiva do Marmitas da Terra, visa-se produzir um contato, ainda que pontual, com as possibilidades de organização popular de combate à fome dentro da cidade.

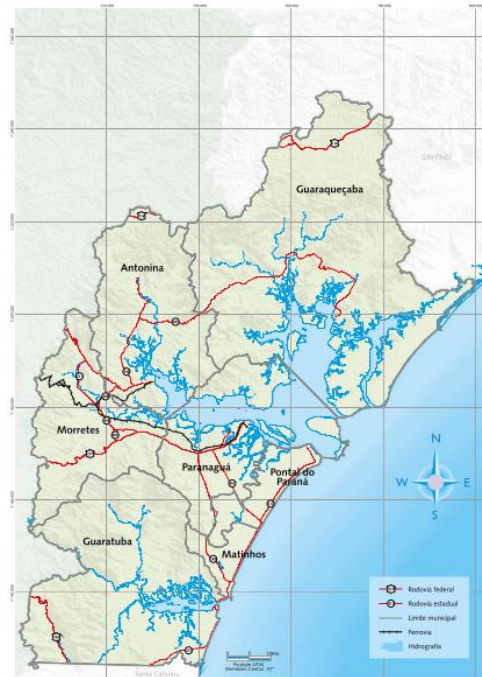
A proposta era realizar uma deriva no município de Paranaguá-PR, partindo do Mercado do Café, no Centro Histórico do município, caminhando até o Terminal Portuário Dom Pedro II, de onde chegam e saem contêineres em navios cargueiros, para em seguida conhecermos a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, no Município de Antonina-PR. Tendo em vista o tempo de estrada que tínhamos, realizamos ainda no micro-ônibus uma rodada de apresentação, onde as 25 pessoas presentes, incluindo os proponentes do trabalho de campo, puderam se apresentar e conhecer um pouco de seus anseios individuais e em comum em relação ao nosso dia juntos. A estrada apresentou-se tranquila, e o dia ensolarado clareou as conversas e partilhas que ocorreram neste trecho de cerca de uma hora e meia em que descemos do planalto Curitibaense passando pela Serra do Mar, na maior mancha contínua remanescente de Mata Atlântica do país.

2.1 Paranaguá

Por volta das 9 horas da manhã desembarcamos em frente ao Mercado do Café, no Centro Histórico “paranguara”, para uma roda de conversa (foto 1) onde iniciamos uma exposição sobre a história daquele espaço, já que o conhecimento prévio é necessário a qualquer deriva. A baía de Paranaguá é um ponto historicamente importante para o que hoje chamamos de Paraná e Brasil. O litoral do Paraná (Mapa 1) é o segundo menor do país, estreito e historicamente visto como corredor de escoamento da produção do interior para fora do país. Área rica em Mata Atlântica, contendo a maior faixa contínua deste bioma preservado do Brasil.

O que se convencionou chamar de baía de Paranaguá é um complexo formado por 3 baías: a de Paranaguá, Antonina e Laranjeiras (município de Guaraqueçaba) interligadas na mesma formação geográfica. (...) O Porto, situado no interior da

baía de Paranaguá, dispõe de mar calmo, e portanto ótimas condições de atracagem. (LADEIRA, 1990, p.7)



Mapa 1: Municípios do litoral paranaense. Acima, a baía de Paranaguá, formada por Pontal do Paraná, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba. Abaixo e menor a Baía de Guaratuba, formada por Matinhos e Guaraqueçaba. Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná – Litoral*. Curitiba. 2017. p. 19.

É através de Paranaguá e seus portos que a maior parte desta produção é escoada, o que gera uma renda importante para este município de porte médio, assim como para toda a baía de Paranaguá, formada pelos municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes e Pontal do Paraná. A partir do complexo portuário de Paranaguá, se conduzem grandes obras e projetos de reordenamento espacial (rodovias, avenidas, pátio de contêineres e estacionamentos para caminhões, por exemplo) em todos os municípios da região do litoral paranaense, como é o caso das obras para a construção do porto no município de Pontal do Paraná, que invade territórios indígenas, caiçaras e áreas de preservação ambiental. As obras relativas ao porto podem:

“(...) afetar profundamente o ecossistema, a paisagem, indígenas e comunidades de pescadores que vivem na região há várias gerações. O terminal de cargas irá multiplicar o impacto ambiental causado pela via, afetando inclusive a Ilha do Mel, ponto mais conhecido da orla paranaense e reconhecida pela Unesco como

Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural Mundial, com 92,6% da sua extensão protegidos por lei.” (INTERCEPT, em 11/12/2019)³

Ao caminhar pelas ruas das periferias destas cidades, o que se observa são casas de madeira bastante simples, ruas sem asfalto, terrenos que inundam com as chuvas frequentes, enfim, a pobreza em seus vários aspectos se materializa na paisagem, e é preciso descortinar este processo de um ponto de vista geográfico. Existe aqui uma fração da classe trabalhadora que não consegue mais extrair da floresta, de seu roçado ou da pesca o sustento de suas famílias, já que proibidos de realizar o manejo tradicional de sua vida cotidiana pela legislação ambiental e pela polícia florestal; e nem conseguiram se inserir em um emprego formal nas cidades, trabalhando de maneira informal e temporária no turismo, como garçons e atendentes em bares e restaurantes na época de temporada do verão (COELHO, 2019; DANIEL, 2019), sendo negados ao mesmo tempo por aquilo que chamamos de campo e de cidade.

Há na região aqueles que vivem em diversos tipos de comunidades agrícolas ou extrativistas, com suas sociabilidades tradicionais, tais como as comunidades indígenas Guarani Mbya (Ilha da Cotinha, Sambaqui do Guaraguaçu, Morro das Pacas e Kuaray Oguata); comunidades remanescentes de Quilombo (Batuva e Rio Verde), acampamentos de Reforma Agrária (José Lutzemberger), caiçaras, pescadores e cipozeiras (ITCG, 2009a; 2009b; 2013), que não conseguem ou não podem mais realizar sua vida em seus modos tradicionais e que

³ Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/12/11/ratinho-junior-estrada-porto-ilha-do-mel/> acessado em 04/08/2024.

passam a formar as novas favelas do litoral paranaense.



Foto 1: Roda de conversa no ponto de partida da Deriva, em frente ao Mercado do Café, no Centro Histórico do município de Paranaguá. Foto: Marcieleh Lemos Rodrigues.

A baía de Paranaguá é habitada, entre outros, por grupos indígenas, da etnia Guarani Mbya e caiçaras. Os Guarani Mbya, que vivem no litoral paranaense entre a Ilha das Peças, Cotinga, Superagui e no Sambaqui do Guaraguaçu, não apresentam território fixo, sendo conhecidos como caminhantes, já que consideram a caminhada e a mudança como algo sagrado.

O que oficialmente se denomina Paranaguá é chamado pelos indígenas guarani Mbya que ali viveram e vivem de *Iparavapy*, e é considerada por estes uma terra de grande importância religiosa, já que seria ali *Para Guachú Rapytá*, a origem do grande mar que se cruza para se alcançar *Yvy Maraey*, a terra sem males. Os M'bya mantêm sua coesão enquanto grupo em torno deste mito e de sua forma própria de geografar o espaço através de “caminhadas à beira do oceano”, *Oguata Porã*. Chegar à *Yvy Maraey*, apesar de um feito individual, não ocorre sem um esforço coletivo, de comunidade, já que, ao contrário das sociedades ocidentais, o indivíduo não existe sem o coletivo, e vice-versa (LADEIRA, 2007)

Os Mbyas absorvem elementos e objetos da cultura ocidental. O idioma, as roupas, equipamentos e etc., mas o fazem, em geral, como ferramentas para a manutenção de seus mitos, de seu modo de vida. Trata-se de um povo em êxodo permanente, o que não significa

que não vivam em um território ou que não tenham vínculo com este. A noção de abundância para eles está ligada à qualidade do que o território pode oferecer de maneira imediata: água limpa, terra boa para a roça, clima ameno, etc., e não na quantidade do que se pode acumular. A recente aceitação da demarcação de seus territórios - alguns deles na baía de Paranaguá - mesmo que contrarie sua visão de mundo e suas formas próprias de conceber seu território, permite a sua sobrevivência enquanto grupo e a de seu modo de vida que está em conflito e contradição com o modo de produção capitalista. Nesta cosmologia, a baía de Paranaguá se coloca como de vital importância, já que *Jacutinga* (Ilha da Cotinga) é reverenciada como *Yvy Apy*, a origem do mundo onde os primeiros M'byas eleitos teriam sido enviados por Nhanderu (Op. Cit).

Em paralelo vivem os caiçaras, populações e comunidades tradicionais que habitam o litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, frutos do encontro entre indígenas e portugueses, historicamente denominados de “caboclos”. Trata-se de uma cultura ligada ao mar, pelo peixe, e à terra, pela roça, que produz alimentos para a família e para comercializar, além da indústria doméstica de produção de farinha de mandioca. Os fazeres musicais, tal como o fandango, e a confecção e o comércio de instrumentos (rabeca, viola, machete, entre outros), apresentações públicas e festas como a do divino constituem algumas das dinâmicas sociais e econômicas que produzem o espaço caiçara. A politização da identidade caiçara se inicia na região da Juréia, litoral Sul de São Paulo, e vem para substituir a antiga designação de “caboclos”, convertendo o que se chamava de folclore em cultura (MARTINS, 2018).

São populações que vivem na pele a miséria produzida pelo modo de produção capitalista contemporâneo. O conhecimento sobre o mar é profundo, já que é produzido cotidianamente pelo navegar e pela pesca. Os caiçaras vivem em um ambiente em constante movimento e mudança, já que as dinâmicas entre o mar, a terra e o vento deslocam bancos de areia, as áreas de reprodução dos cardumes, o mar avança ou recua sobre ilhas, foz de rios, sobre as casas feitas em palafitas. O território caiçara é terra, mas também é mar, e ambos vivem em uma dança bonita e complexa de erosão e deposição, reconfigurando os elementos da paisagem e requerendo observação atenta e experimentações com cada um destes elementos (vento, marés, nuvens, etc.) (COELHO, 2019).

Enfrentam a concorrência da pesca industrial, realizada por grandes embarcações de empresas nacionais e estrangeiras; os impactos dos danos ambientais causados pelo crescimento da cidade derivado da expansão do complexo portuário de Paranaguá, que polui as águas e afeta de maneira direta a vida marinha. Para Adriana de Souza Lima, presidente da União dos Moradores da Juréia:

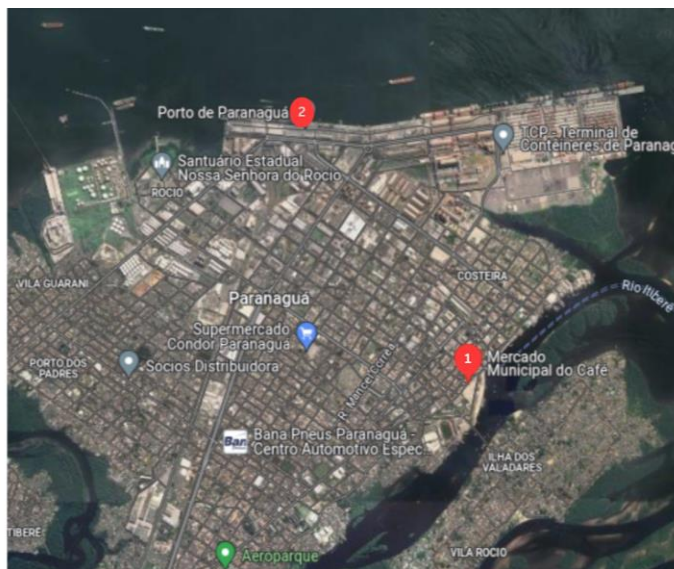
Acontece uma expulsão pelo cansaço porque o governo não veio e tirou cada um de uma vez, nem tirou todo mundo de uma vez só, mas foi tirando o direito de plantar, de pescar, da convivência, negou escola, tirou as estradas e caminhos. As pessoas começam a passar fome, necessidade. O Estado foi impedindo a liberdade que as comunidades tinham, foi fazendo com que nosso modo de vida deixasse de existir. (COELHO, 2019. p. 26)

Existe uma economia que permite a realização do cotidiano caiçara. Quando o indígena se vê privado de seu território ou pescador se vê privado do mar, produz-se a escassez que produz o pobre. É comum que muitas famílias destas comunidades passem, então, a exercer atividades ligadas ao turismo, atuando como guias, funcionários de pousadas e restaurantes, guardadores de carros, marinheiros e mesmo em no pequeno comércio. Estão todos, mesmo que longe da cidade e vivendo à beira da praia ou nas matas, atravessados por intervenções frutos das atividades portuárias e das constantes obras de expansão do complexo portuário de Paranaguá. É a urbanização capitalista se realizando naquilo que denominou-se chamar de campo.

Pensando desta forma, a região do litoral paranaense se mostra didática no sentido de que a urbanização que ocorre nestes municípios possui forte relação com o complexo portuário de Paranaguá, o maior porto graneleiro da América Latina e responsável pelo escoamento da maior parte dos grãos produzidos no país. Boa parte da economia e das atividades do município estão vinculadas à logística, estocagem, e escoamento de *commodities* agrícolas através do porto. Esta dinâmica extrapola o município de Paranaguá e invade toda a baía se pensarmos dos impactos sociais e ambientais decorrentes da área portuária.

Dado este contexto, explicamos a proposta da deriva e nos dividimos em 4 grupos com entre 4 e 5 pessoas, com a proposta de nos perdermos por Paranaguá. Cada grupo recebeu por mensagem de Whats App as coordenadas da entrada do Terminal Portuário D. Pedro II, e

deveriam seguir caminhos aleatórios, diferentes uns dos outros para em 1 hora e meia chegar ao seu destino (mapa 2).



Mapa 2: Pontos de partida (1), no Mercado Municipal do Café; e de Encontro (2) no Porto de Paranaguá, na deriva proposta aos grupos. Imagem: Google. Organizado pelo autor.

Após nosso reencontro em frente à entrada do porto, os grupos deveriam socializar suas observações a respeito dos ritmos observados ao longo do trajeto, e o que segue é uma síntese destes relatos. Partimos, todos os grupos, do Centro Histórico, repleto de casarões, alguns decadentes, das elites formadas a partir do comércio de café ao longo dos séculos XIX e início do XX. No entanto, como “Cidade-mãe do Paraná”, Paranaguá está repleta de monumentos mais antigos, como o pátio do Mercado do café, que também já foi um mercado de negros escravizados, as igrejas de diversos períodos históricos, os três pelourinhos. A imagem colonial deste pedaço da cidade traz para si atrativos turísticos como bares, lojas de artesanato e restaurantes à beira do Rio Itiberê. Ao longo da caminhada foi-se adentrando nos bairros populares da cidade, com casas mais simples em alguns casos, ou mais elitizados, como os bairros de Costeira e João Gualberto. Em todo o trajeto fomos cruzando pessoas de olhos amendoados, pele parda e traços afro-indígena, enquanto cruzamos com cada vez mais caminhões e espaços de armazenagem e estocagem de contêineres e grãos (foto 2).

As ruas bonitas e os casarões são agora substituídos por um chão poeirento, um forte cheiro que vinha da soja e do milho apodrecido despejado e esmagado na beira das ruas e

avenidas pelos caminhões cargueiros que a cada minuto passam por nosso lado. No Centro histórico todos conversavam entre si, trocavam experiências, histórias de vida e observações do trajeto. Conforme nos aproximávamos do porto e fomos nos deparando com sujeira, caminhões, trânsito, cheiro, uma infraestrutura logística gigantesca, silos, pátios de contêineres, estacionamentos, motéis, catadores, empresas de segurança e vigilância, enfim, conforme fomos nos perdendo nas entranhas da cidade, os grupos relataram, todos, que foram ficando calados, e sentindo-se cansados não da caminhada, mas de tudo aquilo que viam. Havia uma descontinuidade, uma ruptura ocorrendo neste momento.



Foto 2: grupo caminhando pelas ruas de Paranaguá durante a deriva proposta. Foto: o autor.

Costumamos nos referir ao agronegócio e a produção de alimentos pensando, majoritariamente, os espaços de produção destes, no campo, onde áreas de mata nativa e populações tradicionais disputam cada palmo de terra com latifundiários em busca de terra para produzir os lucros de suas agroindústrias. Mas estar em um espaço onde o processo de urbanização se produziu a partir da logística e do transporte de *commodities*, nos deu a dimensão de que este espaço é tão importante ao agronegócio quanto às regiões onde se realizam as plantações - afinal, sem circular, a mercadoria não se realiza (MARX, 2014). É no capital em movimento que é possível ver a contradição campo-cidade se realizando de maneira mais evidente. Como aponta Da Silva Martins (2020, p. 112), “Na medida em que inserimos nosso pensamento-corpo na cidade, o corpo pensa criticamente as interdições, escuta o desencaixe da modernização, apresenta brechas”.

Nos reunimos em círculo novamente em frente a entrada do porto. Cada grupo chegou ao seu tempo. Uns fizeram caminhadas mais longas, se perderam. Outros foram diretos nas caminhadas e nas observações. Nos abrigamos do Sol ardente sob uma das poucas árvores que encontramos nos arredores de onde víamos, de olhos sujos, o movimento constante dos caminhões, dos guindastes e dos navios que chegam e saem a todo momento. Não há pedestres, não há sequer calçada para caminhar. Mas existem esteiras enormes para a rolagem de grãos dos silos para os navios. Há ratos por toda a parte. Há capital circulante.

2.2 José Lutzemberger

Após subirmos novamente no ônibus nos dirigimos pela BR-277 e depois pela PR-408 - em um trânsito bastante intenso do retorno à Curitiba dos veranistas após o feriado - até o município de Antonina, onde nos encontraríamos com um grupo de moradores da Comunidade Agroflorestal José Lutzemberger, um assentamento de Reforma Agrária organizado pelo MST no município de Antonina. Nos atrasamos para o almoço, mas assim que chegamos fomos recebidos por uma comida farta e gostosa, com palmito, batata, mandioca, frango e salada produzidos de maneira agroecológica pela comunidade. O almoço foi servido não apenas para nós, mas para qualquer membro da comunidade que quisesse estar junto. Muitas crianças se aproximaram junto a algumas mulheres, e ali se iniciou um momento bonito de trocas entre nós, de várias universidades do Brasil, e as agricultoras.

Em seguida, Jonas e Sara organizaram todos em um círculo no espaço social, onde geralmente ocorrem as festas, confraternizações e formações. Após ouvirmos a música “Canção da Terra”, de Pedro Munhoz, Jonas e Sara nos contaram a história da comunidade. Ocupada em 2004 e localizada na Fazenda São Rafael, um latifúndio utilizado para a criação de búfalos, a área passou muitos anos sendo ameaçada com violências diversas, entre as quais as constantes ameaças de despejo. No entanto, as famílias consolidam a ocupação em torno de um projeto que aliava produção ecológica de alimentos e recuperação ambiental do bioma Mata Atlântica (imagem 1). No momento em que conversávamos, a comunidade estava comemorando uma decisão da Vara Cível de Antonina e após 21 anos de luta as cerca de 20 famílias que vivem no atual assentamento conquistaram o direito à terra mediante a indenização do proprietário.



Imagem 1: Acima a área da comunidade agroflorestal José Lutzenberger no ano de 2002, abaixo a mesma comunidade em 2021. Fonte: Divulgação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na rede social X.

Em roda, ouvimos não apenas Jonas e Sara, mas outras moradoras e lideranças da comunidade, além dos participantes do trabalho de campo que se sentiram à vontade para dividir suas impressões e experiências. Na sequência começamos a caminhar, em grupo, pela comunidade. Seguindo Jonas, começamos a nos afastar das casas, em direção aos espaços de produção agroflorestal. Atravessamos um pequeno riacho na altura da canela, e nos embrenhamos a uma trilha que adentrava o que parecia ser uma área remanescente de Mata Atlântica (foto 3). A partir das indicações de Jonas, fomos identificando as diferentes produções como árvores frutíferas diversas, juçara, mandioca, beterrabas, entre diversos outros produtos que se realizam em meio a plantas e animais domésticos e nativos que vivem, fertilizam e preparam o solo sem o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas. Ao contrário da produção convencional, que necessita do desmatamento para ocorrer, aqui o reflorestamento é parte do processo produtivo.

Ao longo da caminhada, pudemos observar algo que Sara e Jonas nos chamaram atenção em nossa roda inicial de conversa. A comunidade é formada majoritariamente por mulheres e crianças, que se organizam de maneira bastante horizontal, já que buscam formas de produzir alimentos que não exploram tanto a natureza quanto as pessoas. Neste sentido as opressões de gênero são bastante discutidas na comunidade, havendo rodas de conversa e formações sobre

violência contra as mulheres, higiene natural, medicina e cosmética a partir de plantas e uma pequena produção de plantas medicinais e cosméticas era idealizada por elas. As crianças correm e brincam por todo o nosso trajeto, e a partir do incentivo delas alguns de nós sentiram-se confortáveis para entrar no Rio Pequeno e tomar um delicioso banho em suas águas cristalinas (foto 4).

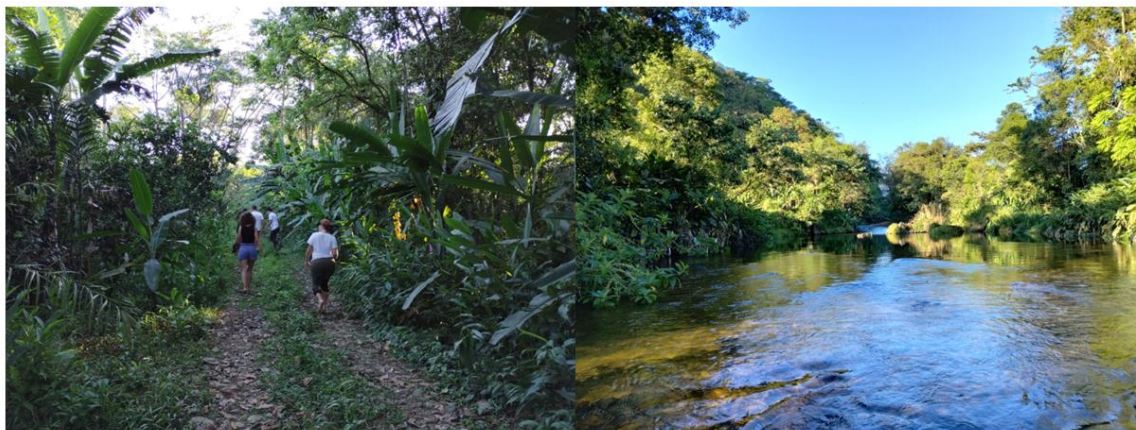


Foto 3 (à esquerda): grupo embrenhado na produção agroecológica da comunidade agroflorestral José Lutzemberger durante a deriva proposta; e foto 4 (à direita): Rio pequeno, que atravessamos e, alguns de nós nos banhamos, na Comunidade Agroflorestral José Lutzemberger. Fotos do autor.

Nos despedimos ao fim da tarde da comunidade, já cientes de que havia um longo trajeto para a volta à Curitiba. O ritmo intenso de carros voltando de suas pausas no cotidiano criava uma contraditória sincronização cujo resultado era a lentidão coletiva. Em uma versão menos fantástica do conto “a autoestrada do sul” de Julio Cortázar, aproveitamos o tempo da volta para conversar sobre o dia, reunir as experiências, e comparar as sensações despertadas entre os momentos da manhã e da tarde. Uma das impressões que surgiram e foram evidenciadas nessa conversa foi a diferença entre as interações coletivas em cada momento do trabalho de campo. Dentre as observações, apontou-se um certo vislumbre no começo das derivas no centro histórico de Paranaguá, o que se aproximaria com a “contemplação”, advertida por da Silva Martins (2004), a partir de Debord, enquanto uma limitação da própria deriva⁴. Ao passo que

⁴ Segundo da Silva Martins (2004, p. 141), “Os Situacionistas apresentam a deriva assim” Passar ativamente por diversos ambientes urbanos. Não se resume em contemplação, e pressupõe conhecimentos aprofundados sobre os lugares das derivas, projetos, plantas, cartas. Não lida com o aleatório simplesmente, mas é uma atividade impulsionada e sensibilizada pelos movimentos do terreno que, ao mesmo tempo, reconhece intenções e projetos”.

nos aproximávamos das imediações do porto de Paranaguá, tal postura foi dando lugar a uma apreensão mais sensível, as conversas e comentários ficaram mais esparsos e outros sentidos, como a audição e o olfato foram provocados. No último momento, já no José Lutzemberger, tal abertura sensível se manteve, mas não agora inundada pelo cheiro de cereais estragando e pelo ruído de empilhadeiras, esteiras e caminhões. Mas por sons de pássaros, do rio, do vento batendo nas árvores, das vozes das pessoas, e de cheiros e sabores como do almoço oferecido, da terra molhada, das flores e frutas.

Infelizmente, devido ao trânsito, não tivemos tempo de fazer a última parada prevista, no Coletivo Marmitas da Terra, uma cozinha comunitária dentre as surgidas em Curitiba durante a pandemia de Covid-19. Esperava-se com essa última parada contrapor o modelo de cidade produzido pelo sistema agroexportador a partir do contato com uma experiência de organização popular de combate à fome dentro do espaço urbano. As ações do “Marmitas”, como é chamado entre seus membros, não se resumem ao combate à fome através da produção e distribuição de refeições⁵, mas se expandem em espaços de comunalidade não restritos aos limites da cozinha. Assim, mesmo sem ir fisicamente ao espaço onde o coletivo prepara as marmitas, de certa maneira o visitamos. Pela manhã, vimos a enormidade do capital materializado que produz a condição de fome cujo objetivo principal do Marmitas da Terra é combater. E durante à tarde, vivenciamos um espaço que assim como aqueles acionados pelas “geografias em movimento” (BARTHOL, 2018) do Marmitas da Terra, materializa a resistência a esse modelo.

3. A DERIVA E O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA

Para uma ciência que pretende, entre outras coisas, estudar a “diferenciação do espaço na superfície terrestre” (GRANDI, 2023, p. 33), vivenciar esse espaço é tarefa fundamental. Não à toa, ainda é uma citação bastante reproduzida entre geógrafos que a “Geografia se faz com os pés, pois a cabeça pensa onde os pés pisam”. Isso está presente desde as preocupações

⁵ Em setembro de 2020, o coletivo abre uma nova frente de trabalho, com mutirões semanais para a produção de alimentos em hortas agroecológicas localizadas no Assentamento Contestado, na Lapa, a aproximadamente 60 km de Curitiba. Nesse meio tempo a quantidade de marmitas produzidas semanalmente salta de 300 para 1500, passando a serem distribuídas não apenas nas praças do centro da cidade, mas em espaços populares da periferia curitibana. Entendendo a potência organizativa acumulada através das atividades cotidianas, são organizadas ações em diferentes frentes como educação, saúde, cultura, urbanismo e assessoria jurídica.

corográficas de Ptolomeu aos estudos das geografias corporificadas (SILVA, et al 2019) e mais que representacionais contemporâneas. Ao analisar o papel do trabalho de campo dentro da geografia convém primeiro demarcar que sua existência justifica-se por uma separação entre a pesquisa de gabinete e a pesquisa de campo. Tal separação é resultado de múltiplas trajetórias, dentre as quais o surgimento do positivismo, mas também a invenção de um outro a ser estudado a partir da colonização. Se é notável a emergência de práticas de pesquisa que buscam romper com a separação entre os momentos de campo e a investigação como um todo, buscando no cotidiano um campo de análise, isso se deve também ao esgotamento do modelo herdado pela matriz europeia colonial moderna.

É fato que, como aponta Suertegaray (2002, p. 2), cada abordagem ontológica geográfica enseja um tipo de relação com o campo. Mas tais diferenças podem também ser compreendidas historicamente. Como bem escreve da Silva Martins (2004, p. 140), “as diferentes maneiras com que as pesquisas de campo participam de uma pesquisa científica acompanham a transformação do pensamento da própria geografia” (Da Silva Martins, 2004, p. 140), que por sua vez fazem jus aos poderes hegemonicamente instituídos. Para o sucesso da empreitada colonial era imprescindível o conhecimento dos territórios a serem conquistados. A pesquisa de campo aparece então como “observação empírica e descritiva” e que “promove o reconhecimento do campo entendendo-se como observador externo, capaz de captar a informação vinda do objeto em análise, portanto, um conhecedor neutro, apenas sistematizador do que o mundo dos fenômenos lhe revela” (SUERTEGARAY, 2002, p. 3). Com o positivismo, e posteriormente o neopositivismo cujas repercussões na Geografia se deram na consolidação da Geografia teórica como a principal corrente teórica, tal separação entre observador e observado se aprofunda, resultando na substituição do contato com o campo por números, gráficos, mapas e estatísticas.

Para da Silva Martins (2004), há três maneiras de encarar o trabalho de campo conforme seus objetivos: extrair informações e construir teorias; para confirmar uma teoria ou hipótese; e como motor para a crítica, seja da realidade ou da própria teoria. Nesse caso, se trata como escreve Suertegaray (2002), da “pesquisa de campo como ação de explicação e transformação”. Essa “constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito”, no qual “o conhecimento (...)

alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo” (Suertegaray, 2002, p. 4).

O cotidiano ritma, entre outras coisas, o corpo, o organismo, a respiração. Instrumentos como o relógio, impõem um ritmo comum a todos, naturalizando o tempo da produção na sociedade como um todo, apesar das resistências. É necessária uma abordagem em campo onde quem pesquisa se coloca no corre, em movimento junto ao transformação espacial que pretende analisar. No entanto há um risco, o do pragmatismo alienado, o da atuação social que não se alimenta da teoria, nem contribui para a reflexão mais global a respeito das relações de produção no capitalismo. Neste sentido, trata-se de uma *praxis* que alimenta e simultaneamente é alimentada pela teoria. Compreender um objeto ao movimentar-se junto a ele, colocando em relação nós mesmos e aos nossos ritmos os diferentes corpos e ritmos que produzem o espaço no qual estamos mergulhados. Trata-se de usar o corpo como metrônomo do espaço (LEFEBVRE, 2021), e ser consciente de que “o estudo das particularidades nos remete ao todo” (DA SILVA MARTINS, 2004, p. 141).

Dessa maneira, o campo se coloca como parte, momento da pesquisa científica, de modo que tanto a deriva quanto a ritmanálise trazem para este a possibilidade de ir além, tanto do instante quanto do local (Da Silva Martins, 2004). Afinal, Martins (2004, p. 140) ressalta algumas questões: “*Vamos crus ao campo, como uma folha em branco? Temos petições de princípio antes de ir ao campo?*” Foi em meio a intervenção na realidade que tivemos junto às questões alimentares através do Coletivo Marmitas da Terra que surgiu e foi possibilitada a proposta de campo relatada acima. Ao mesmo tempo, através dessa experiência poderemos nos colocar em relação a outras concepções de Geografia enriquecidas por trocas com pessoas de diversas regiões do Brasil, e pelos diálogos com nossos interlocutores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deriva, para os geógrafos, se coloca como um momento de evidência das contradições que produzem o espaço e o tempo. Ela é por um lado, instrumento de pesquisa e de análise da realidade, já que através dela acessamos o plano do vivido e podemos nos colocar em relação aos conteúdos mais íntimos da desigualdade da economia moderna. Por outro, se coloca como uma importante ferramenta didática para o ensino de Geografia, uma vez que traz para aqueles

que vivem este momento uma gama de sensações e contextualizações possíveis, capazes de afrontar teorias pré-concebidas, preconceitos em relação ao espaço onde esta foi proposta, qual ocorreu em nosso campo. E como fruto da relação entre as duas faces expostas anteriormente, a deriva se coloca no plano da ação/intervenção na realidade, produzindo situações potencialmente revolucionárias. Para da Silva Martins (2004), “o cotidiano não pode ser só fonte [de] informação, e sim campo de batalha.” (Op. Cit. p. 142).

Utilizar o cotidiano como campo de batalha, para nós que escolhemos viver a geografia, requer encarar nosso próprio labor criticamente. Isso vale tanto para aqueles que estão no chão da escola quanto nas repartições públicas, laboratórios de pesquisa e escritórios de geoprocessamento. Seja qual posição desse gradiente esteja, o contato com o campo é imprescindível, e acreditamos que mesmo para os objetivos mais específicos, aberturas sensíveis como as propiciadas pelas práticas da deriva e da ritmanálise tem muito a ensinar. Não apenas por potencializarem a corporeidade dentro do exercício do campo, mas por, ao fazê-lo, ativarem uma criticidade e potencial poder transformador do cotidiano.

O trabalho de campo em geografia se abre, assim, em três dimensões: como ferramenta didática, fundamental tanto na geografia escolar quanto no ensino universitário; enquanto metodologia de pesquisa fundamental para a Geografia e, como apontam Suertegaray (2002) e Da Silva Martins (2004), como prática de intervenção com a realidade. Cabe ressaltar que essas três dimensões não são excludentes, pois são frutos simultâneos em um mesmo acontecimento. Acreditamos que o trabalho de campo proposto e relatado nesse artigo se aproxima de tal intento e pode, dessa maneira, inspirar outras experiências.

5. REFERÊNCIAS

BARTHOL, Timo. Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro : Consequência, 2018.

COELHO, Karina da Silva. O GPS perde pra mim de longe! Cartopráticas e políticas caiçaras em navegação no mar de dentro. Revista Entrerios – Revista do PPGANT -UFPI -Teresina • Vol. 2, n. 1. 2019.

DA SILVA MARTINS, Flávia Elaine. Aproximar sem reduzir: as derivas e a pesquisa de campo em geografia urbana. Espaço e TempoNº, 2004, vol. 15, p. 139-149.

DA SILVA MARTINS, Flávia Elaine. Aproximações entre a ritmanálise e a geografia urbana. *Reflexões Conceituais Leituras da Ciência Geográfica Estudos Geográficos*, 2020, p. 96.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. *Contraponto: São Paulo*, 2003.

GRANDI, Matheus da S. Escala e geografia: politização da escala geográfica e luta no movimento dos sem-teto. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2023.

JM(2&3DORM). Henri Lefebvre y los situacionistas. 2016. Disponível em: <<https://www.dosytresdorm.org/blog/wp-content/uploads/2016/08/Lefebvre-y-los-situacionistas.pdf>> acesso em julho de 2024.

KHATIB, Abdelhafid. Attempt at a psychogeographical description of Les Halles. *Situationist International*, 1958.

KLENK, Lorena Aubrift. Ratinho Junior quer gastar R\$ 309 milhões em estrada sob medida para porto privado ao lado da Ilha do Mel. The Intercept Brasil. 11/12/2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/11/ratinho-junior-estrada-porto-ilha-do-mel/>

LADEIRA, Maria Inês. O caminhar sob a luz: Território Mbya à beira do oceano. Editora UNESP. São Paulo. 2007.

_____. *Yy Pau ou Yva Pau – Espaço Guarani Mbya entre as águas ou o caminho dos céus: os índios Guarani e as ilhas do Paraná*. Centro de trabalho Indigenista. 1990.

LEFEBVRE, Henri. *Critique of everyday life: Foundations for a sociology of the everyday*. Verso, 1991b.

LEFEBVRE, H; GUTIÉRREZ, E. MARTÍNEZ; LOREA, I. MARTÍNEZ. La producción del espacio. Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *Elementos de Ritmanálise: e outros ensaios sobre temporalidades*; traduzido por Flávia Martins e Michel Moreaux. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021, 216 p.

LOURAU, Rene. (1992). Prefácio. In: LEFEBVRE, H. (1992) *Éléments de Rythmanalyse, introduction à la connaissance des rythmes*. Paris: Syllepse.

MARTINS, Patrícia. Pelas Cordas da Viola, nas Curvas da Rabeca: ima etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara. Tese de Doutorado defendida no PPGAS-UFSC. Florianópolis. 2018.

MARX, Karl. O Capital. L. II. Boitempo. São Paulo. 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. *GEOgraphia*, 2002, vol. 4, no 7, p. 64-68.